



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

1 **Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de projetos do**
2 **Fundo de Investimentos em recursos Hídricos - CTPA**
3 **Ata 28ª Reunião Ordinária**

4 Aos cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, às 9h30min, na SEMA, auditório – 15º
5 andar, Porto Alegre – RS. **Membros presentes:** Tiago Lucas Corrêa, Comitê Tramandaí –
6 titular; Júlio Salecker, Comitê Taquari-Antas - titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã –
7 titular; Karla Cozza, Comitê Caí - titular; Paulo Robinson Samuel- Comitê Gravataí- titular;
8 Adolfo Klein- Comitê Sinos – titular; Valéria Borges Vaz, Comitê Pardo – titular; Maria de
9 Lourdes D'Avila Alves, SEMA; Pedro Dall A. Dall Acqua, SOP e Pedro Baptista dos Santos-
10 SDR. **Convidados:** José Luis Rosa- Comando Ambiental da BM. **Demais:** Mário Fernando
11 Florisbal Damé- Comitê Baixo Jacuí; Marcos Paulo Scherer- Comitê Turvo; Comitê Lago
12 Guaíba- Ana Elizabeth Carara; Gilmar Carbajal- SOP; Carlos Gabriel Nunes- SDR; Jorge
13 Eduardo Vella- DEMA; Fernando Meirelles- SEMA; Theonas Baumardt- Comitê Baixo;
14 Carmem Silva- CRH e Patrícia Moreira CRH. O presidente Júlio Salecker, saúda a todos a o
15 constatar quórum inicia os trabalhos do dia. Agradece a presença do Sr. Fernando Meirelles,
16 Diretor do DRH. Solicita a apresentação de todos, uma vez que temos membros novos
17 nesta Câmara Técnica, questiona sobre a alteração de pauta e não havendo inicia a leitura
18 da pauta: 01- Apreciação da ata da 27ª Reunião Ordinária da CTPA- A Sr.ª Carmem faz a
19 leitura da ATA e após correções foi aprovada a mesma por unanimidade. 02 Resoluções
20 CRH Ad Referendum n.º 162- anexo – A Sr.ª Patrícia informa que a FEPAM havia se
21 comprometido com as publicações das ações da FEPAM, SEMA e FZB dos últimos 04 anos.
22 O Presidente Júlio Salecker, informa que foi feito Ad Referendum devido não haver tempo
23 hábil para o cumprimento dos devidos prazos, mas que o tema é pertinente que ele foi
24 consultado e tinha que dar retorno urgente. O Sr. Paulo Samuel, sugere que seja distribuída
25 esta publicação nas Câmaras Técnicas e também disponibilizado em meio digital. A Sr.ª
26 Valéria Borges Vaz acredita que este seja somente um processo de rito, pois agora não há o
27 que fazer. O Sr. Tiago Corrêa sugere que este não seja uma forma de aprovação de
28 utilização dos recursos, somente como Ad Referendum, para que a CTPA não seja
29 somente para aprovar resoluções “Ad Referendum”, mesmo esta publicação sendo de
30 extrema importância. A Sr.ª Valéria B. Vaz, sugere que haja no orçamento uma rubrica para
31 este tipo de material. A Sr.ª Ana Carara, sugere que sejam realizados materiais deste tipo no
32 sentido de promover a educação ambiental informal, incluindo informação para o público em
33 geral, imprensa e etc. O Sr. Adolfo Klein, sugere que as medidas compensatórias sejam
34 aplicadas na comunidade impactada. O Sr. Júlio Salecker informa que não foi gasta a mais
35 e sim alterada a rubrica e lembra que o valor do Fundo que não é utilizado vai para o Caixa
36 Único. O Sr. Pedro Dall Acqua, sugere que o Presidente tenha certa autonomia para
37 tomadas de decisões como esta. A Resolução foi aprovada unanimidade. 03- A
38 apresentação da Execução Orçamentária 2014 pelas Secretarias que utilizam recursos do
39 FRH-SEMA-SOP-SEHABS: o Sr. Pedro Dall Acqua solicita manifestar-se inicialmente e
40 informa que não foi realizada esta documentação e justifica devido às diversas indefinições
41 de início de Governo, período de férias, junção de Secretarias, entre outros e sugere
42 também que seja revista esta participação da Secretaria no Fundo uma vez que Secretarias
43 diferentes estão juntas na mesma Secretaria. Ele informa que dentro de 15 dias já estará
44 sanada esta questão da “SEHABS 2014” e do Departamento de Desenvolvimento Urbano e
45 enviará esta documentação a todos. O Sr. Gilmar da SOP (que tinha irrigação e
46 desenvolvimento urbano) apresenta a parte irrigação, sendo empenhados R\$ 3.002.608,09,
47 liquidados R\$ 2.169.378,22 e pagos R\$ 2.131.351,89. O Sr. Júlio Salecker pede que sejam
48 respeitados os prazos. O Sr. Adolfo Klein apoia o Sr. Júlio e informa que na iniciativa
49 privada não são justificados os atrasos e nos lembra que no ano passado sempre faltou
50 algum item de Prestação de Contas, então com o recurso público deve ser assim também. A
51 Sr.ª Maria de Lourdes fez a apresentação da SEMA, informando que não houve muita
52 novidade referente a última Prestação de Contas feita, mas irá disponibilizar a tabela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

53 completa do que foi empenhado que foi R\$ 1.954.958,88 e pagos R\$ 1.954.958,88, mas
54 ainda há alguns empenhos a serem liquidados. O Presidente Júlio Salecker ressalta que
55 esta é uma grande evolução da SEMA, embora sejam utilizados somente 52%, isto
56 representou uma ampliação do volume de recursos executados e ele sugere que por isto o
57 Estado “não anda”. O Sr. Pedro Dall Acqua, informa que mesmo o Estado querendo
58 executar determinados projetos, muitas vezes os convenientes (Municípios) não estão aptos
59 a conveniar e isto deve ser levado em consideração também. A Sr.^a Valéria questiona a Sr.^a
60 Maria de Lourdes: - Qual o motivo de não se conseguir executar e para que local os
61 recursos não utilizados vão? A Sr.^a Maria de Lourdes informa que só pode responder o que
62 está sob sua “alçada”. A mesma informa que 201 finaliza dia 31/12 e afirma que não sabe se
63 conseguirão executar todo o recurso estimado para 2015 e informa que há uma
64 determinação de redução de custos em 30%, sendo que serviços de consultoria não estão
65 autorizados e a perspectiva para utilização deste ano é para os Planos de Bacia e que não
66 serão realizados, informa ainda que estes 42% são orçamento e não utilizado permanece no
67 Fundo. Tudo que não foi empenhado e liquidado não diminui o financeiro. O Sr. Júlio
68 informa que o trabalho é realizado conforme previsão de geração de energia, mas até hoje
69 ainda não se conseguiu avaliar o passivo e menos ainda utilizá-lo. O Sr. Pulo Samuel
70 questiona se o Fundo entraria também nesta questão do Decreto do governador. A Sr.^a
71 Maria de Lourdes afirma que o Decreto do Governador cancelou novas consultorias e que
72 deverá reduzir 30%. A Sr.^a Ana Paula informa que a dificuldade em executar o roçado se dá
73 por questões da CAGE e da falta de funcionários para trabalho. A título de exemplo o Plano
74 do Apuaê Inhandava, teve o empenho “trancado” por parte da CAGE e acabou atrasando
75 pelo menos 02 meses. Outro exemplo é a Sala de Situação, que levou um ano para que o
76 Plano de Trabalho fosse aprovado e que somente será executado em 2015 e, portanto não
77 entrará não execução de 2014. Então é uma série de condicionantes que percorrem em
78 torno de 10 a 11 meses, ou seja, o Estado necessita conhecer-se melhor internamente. O
79 Sr. Pedro Dall Acqua, afirma que há uma Normativa sobre a sistemática de Prestação de
80 Contas que segundo ele são bimestrais. A regra precisa ser revista e é necessário alterar
81 dentro do próprio. A Sr.^a Carmem informa que há uma tabela e no sentido de melhorar isto
82 dentro da Câmara Técnica, foram feitas algumas sugestões então seria importante que a
83 CTPA sugira uma tabela e que seja feita uma Resolução do CRH. O Sr. Carlos Gabriel N.
84 dos Santos, representante da Secretaria informa que o Orçamento a ser utilizado do Fundo
85 era de R\$ 4.500.000,00, porém foram disponibilizados R\$ 3.928.000,00, portanto foram
86 empenhados R\$ 3.928.000,00 (o que representa 86% da previsão orçamentária), liquidados
87 R\$ 3.928.000,00 e pagos R\$ 3.928.000,00. Porém é necessário fazer internamente na
88 Secretaria uma segregação dos beneficiários dos recursos, pois a Secretaria tinha recursos
89 do FRH e do BNDS. O Sr. Adolfo Klein, questiona se o beneficiário precisa pagar estes
90 recursos ao BNDS e o Sr. Carlos informa que o beneficiário recebe subsídios, mas que o
91 Estado paga. 04- Readequação da Resolução n.º 150, frente aos desafios da crise
92 financeira do Estado. O Presidente Júlio afirma que a pauta em si poderia ser interpretada
93 como adequação da Resolução n.º 150 e que no último ano foi a primeira vez onde a regra
94 foi cumprida. Agora todos estão sendo regidos sobre o Decreto do Governador que “segura”
95 180 dias o pagamento das contas do Estado. Afirma que o recurso do FRH é de origem
96 Federal, sendo recurso oriundo da geração de energia elétrica e que em sua interpretação
97 este é um recurso Federal. Agora é mês de março sendo o Orçamento da SEMA R\$
98 17.717.362,00, SOP R\$ 12.914.413,00, SDR R\$ 4.500.000,00 e Saneamento R\$
99 6.380.320,00. O Sr. Marcos questiona sobre a questão da devolução do recurso, após o
100 convênio, para o caixa único do Estado, sendo que a CTPA, CRH e FRH, são
101 responsabilidade dos mesmos podendo inclusive sendo considerado desvio de recursos
102 públicos. O Diretor do DRH, Sr. Fernando Meirelles informa que dentro do Orçamento atual
103 será gasto efetivamente em torno de R\$ 13.600.000,00 e não terão como ser executado
104 necessariamente em 2015, pois muitas vezes o projeto vai além de um ano, então estes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

105 recursos não estão contingenciados no referido Decreto, porém este já é um entendimento
106 da SEMA e a Sr.^a Patrícia informa que ainda é necessário ter este entendimento nas outras
107 Secretarias. A Sr.^a Karla Cozza, questiona se a redução dos 30% terá que ser reduzida
108 também no FRH. O Sr. Paulo Samuel, faz uma reflexão sobre os recursos não utilizados e
109 questiona se não há como estes recursos não podem ser utilizados pela SEMA. A Sr.^a
110 Valéria sugere que o Presidente da CTPA, participe da reunião do Conselho e que
111 apresente estes dados e sugere que seja feita uma sugestão para o CRH de que o Decreto
112 não seja válido para o FRH. O Sr. Pedro Dall Acqua, afirma que o recurso financeiro
113 referente ao Orçamento do FRH não deve ser contingenciado. O Sr. Marcos solicita que
114 conste em Ata que o Sr. Diretor do DRH, afirmou que o Orçamento será executado, pois o
115 Fundo é autônomo. A Sr.^a Valéria solicita que seja apresentada na próxima reunião do CRH
116 a execução Orçamentária 2015, e caso a Secretaria da Fazenda não libere a cota deverá
117 prestar esclarecimentos. O Sr. Gilmar afirma que quem deve liberar a SRO é a Secretaria da
118 Fazenda. O Sr. Tiago questiona se o Fundo tem conta única e a Sr.^a Carmem, informa que a
119 ANEEL deposita na conta do Fundo no Banco do Brasil, após o valor é repassado para uma
120 conta do Bannisul, caixa único, onde então são liberadas as cotas pela Secretaria da
121 Fazenda do Orçamento aprovado, através de Resolução do CRH. O Sr. Júlio informa que os
122 membros da CTPA, estando corresponsáveis pelo uso dos recursos, então é necessário
123 fazer as devidas recomendações para que até mesmo sejam os membros isentos da
124 responsabilidade. O Sr. Pedro Dall Acqua, informa que a responsabilidade é da Fazenda.
125 05- Situações dos Convênios de Manutenção dos Comitês de Bacias Hidrográficas: O Sr.
126 Júlio inicia a pauta informando que há evoluções neste tema e que no dia de hoje à tarde
127 haverá uma reunião com a SEMA e que o papel desta Câmara é seguir o trabalho conforme
128 ano anterior. A Sr.^a Patrícia informa que estão vigentes 11 Convênios, onde há situações
129 específicas referente à prestação de contas. As solicitações de novos Convênios são no
130 montante de 12. Os Convênios que estão prestando contas e que foram conveniados após
131 Resolução de Julho/2013 do CRH, automaticamente o recurso é repassado (salvo algumas
132 peculiaridades de cada Comitê). O Sr. Mário Damé questiona que se o Convênio está
133 aprovado, deveriam ser liberados com celeridade, pois as contas seguem sendo cobradas.
134 O Sr. Júlio informa que é de extrema importância estes temas, mas que não é pauta desta
135 Câmara. O que esta em pauta é como está a utilização do recurso. O Sr. Marcos questiona
136 se a CTPA não pode realizar uma recomendação referente a estes procedimentos, pois não
137 é possível ficar 04 meses sem os recursos. A Sr.^a Valéria afirma que está é a pauta da
138 reunião da tarde com a SEMA. 06- Assuntos Gerais: A Sr.^a Valéria lembra que o Manual
139 ainda não virou uma Resolução e solicita o apoio para a aprovação de todos. A Sr.^a Karla
140 Cozza gostaria de reforçar que seja criada esta regra para acesso aos recursos do Comitê,
141 pois muitas vezes não conseguem cumprir suas obrigações. O Sr. Mario Damé questiona se
142 há Secretário Executivo do FRH e é informado que não há. Ele sugere que seja feita uma
143 recomendação da CTPA para que indicado um Secretário Executivo do FRH. O Sr. Pedro
144 Dall Acqua pede que seja anexo a Ata desta Câmara as Resoluções 01, 02 e 03 (que refere-
145 se às exigências dos municípios de terem plano até 2015 e que deverão terem um conselho
146 com atribuições de saneamento em funcionamento, podendo ser da saúde, meio ambiente,
147 etc.) do CONESAN. Padronização na prestação de contas do Fundo (tabela em formato
148 único).